

O professor como intelectual: cultura e dependência

Octavio Ianni **

Creio que podemos, hoje, ter a oportunidade de discutir o problema do professor universitário e, por implicação, do professor de outros níveis, numa conjuntura em que a Universidade volta a ser discutida. E num momento em que essa discussão se processa de um modo amplo, sistemático e envolvendo vários setores da sociedade e do governo, na busca de alguma modificação ou reforma. Sem dúvida, o fato de todos os setores da sociedade brasileira estarem colocando em questão as funções da Universidade, e os problemas do ensino em geral, é um desafio a ser levado em conta nesta nossa reflexão. Dentre os temas clássicos, cuja discussão tem sido retomada, figura além da questão educacional, a questão agrária. Seguramente, haverá outros debates, mais ou menos fundamentais sobre a sociedade brasileira, que apesar de, às vezes, parece-

(*) O texto aqui apresentado é a transcrição da conferência do Prof. Octavio Ianni, no Seminário Itinerante na USP, sem a revisão do autor.

(**) Formado em Ciências Sociais na USP, doutorado pela mesma universidade. Além de estudos teóricos, realizou pesquisas sobre aspectos da história social brasileira e latino-americana, publicadas em alguns livros, entre os quais: *Raças e classes sociais no Brasil*, *O colapso do populismo no Brasil* e *Origens agrárias do Estado brasileiro* (Brasiliense). Atualmente é professor da PUC-SP.

rem uma reincidência ou retomadas um pouco sem novidade são debates essenciais, porque dizem respeito a perguntas do gênero: "Afinal quem somos?" Que nação é essa? Qual é a nação que está em causa? De quem é essa nação? Será que a nação só tem essa fisionomia? E está condenada a ter esse jeito, ou será que é possível modificar a cara deste País?" E os vários setores da sociedade, ao discutir questões — do ensino, agrária, habitacional, das empresas estrangeiras, da presença do militar na política e assim por diante —, começam a dizer que não aceitam a nação que está aí e querem outra nação e outra organização social. Isto, evidentemente, traz consigo as implicações, mais ou menos óbvias, de que uma outra nação impõe uma outra sociedade e um outro Estado, uma outra forma de organização do governo. É um debate que agora está apenas se esboçando, mas que ganhará dinamismo, com o tempo. Assim será possível que análises sobre o papel do professor universitário, a questão da cultura e da Universidade façam parte desse movimento mais geral.

Para situar um pouco melhor a questão do professor, parece de algum interesse indagar: que universidade é essa com a qual nós nos defrontamos? Por que há um impasse? É uma ilusão imaginar que há algum momento determinado na vida, seja do indivíduo, seja da sociedade, em que não haja dilemas. Ao contrário, sempre há dilemas, sempre há inquietações e parece até que é muito bom que haja inquietações, dilemas, aflições e contrariedades; isto faz parte da vida, tanto do indivíduo quanto do grupo. Há um impasse na Universidade, hoje, e eu pessoalmente não sei muito bem em que consiste. Por vezes, vivendo na Universidade, trabalhando e discutindo, sinto que não é fácil diagnosticar os impasses que constituem o dilema universitário. Penso que um aspecto importante desse dilema, um aspecto, apenas, diz respeito ao fato de que essa Uni-

versidade com a qual nos defrontamos — que estamos vivendo e imaginamos poder ser alterada — é uma Universidade fortemente influenciada por uma nova organização da sociedade nacional.

Nessa nova organização, o capital industrial, o grande capital, tomou conta da sociedade numa escala supreendente, invadindo vários momentos e setores da vida do país. Inclusive, invadiu as casas e a vida privada das pessoas. Esse monopólio, esse predomínio do capital em grande escala transnacional tomou conta do estado e influenciou amplamente a cultura *latu sensu* e a própria Universidade. A reforma universitária, na base dos acordos MEC-USAID e posta em prática pelos militares e por vários educadores que colaboraram, a despeito do discurso ou da linguagem, ajustou a Universidade às exigências do grande capitalismo nacional e internacional. Procurou organizar o trabalho universitário segundo as exigências da grande empresa pública e privada. Roberto Campos, no início da ditadura militar, dizia não caber à Universidade, num país subdesenvolvido como o Brasil, o dedicar-se à pesquisa original, o dedicar-se a uma atividade intelectual mais criativa, porque isso os países mais desenvolvidos — e ele pensava evidentemente nos Estados Unidos — fazem tranquilamente. E não há porque os países dependentes, subdesenvolvidos ou o que seja, isto é, o Brasil, se dedicarem e gastarem recursos numa atividade científica original, filosófica, artística, quando nos países mais desenvolvidos, seja na Europa ou Estados Unidos, isso é feito normalmente. Ele preconizava tais idéias e foi um dos inspiradores da reforma do ensino, ao articular, por exemplo, as equipes; isso influenciou decisivamente a organização da Universidade.

Desse modo, um dos impasses em que nos encontramos resulta do fato de que, hoje, há uma Universi-

dade que já se estruturou, segundo as exigências do grande capital, das grandes organizações e que quer preparar “técnicos competentes”, profissionais adestrados que saibam ler as receitas, os diagramas, os mapas e sabem cumpri-los; uma categoria de alto nível, de certo modo, mas uma categoria que os americanos costumam chamar de *yes-man*, pessoas que cumprem bem, competentemente, as tarefas que lhes são atribuídas. Na verdade, havia uma outra universidade que, até 64, era uma universidade com outra conotação, com outro espírito. Era uma universidade que tinha um compromisso político e fortes inquietações intelectuais. Por razões que talvez não sejam fáceis localizar, era uma universidade que recebia do ambiente internacional contribuições as mais diversas, e isso propiciava um debate intenso de cunho filosófico, científico e artístico, que, bem ou mal, tinha a ver com uma outra concepção de universidade. Creio que estamos vivendo um impasse ligado à sobrevivência do “bom” e do “ruim”, pois acho que ainda resta muito de bom da universidade pré-existente, que recebeu e ainda recebe influxos de âmbito internacional. É bom que se ressalte que a universidade européia continua com um compromisso humanístico, bem como algumas universidades latino-americanas. Mesmo, nos Estados Unidos, há um compromisso desse tipo, um compromisso crítico. Todos nós somos vítimas da ditadura militar, numa escala que ainda não avaliamos. Temos que rever o desastre cultural e político que foi e que tem sido a ditadura militar.

A formação do professor universitário, portanto, defronta-se com esta realidade: a despeito da sobrevivência, da persistência, da reiteração de propostas bastante abertas e avançadas, seja nessa ou naquela direção, na verdade, a estruturação da Universidade induz a um certo tipo de profissionalização. Acho que, no

nível da formação do professor, há coisas que valem a pena ser sublinhadas. Quer dizer, como o diálogo com a Universidade estrangeira e como o debate intelectual internacional não estão totalmente fechados, e agora reabrem-se em escala crescente, não há dúvida de que o ambiente universitário volta a receber contribuições e desafios, os mais diversos.

É preciso ressaltar que há modismos vinculados à indústria cultural. Vocês sabem que há uma indústria cultural centrada em Paris e que na Universidade há uma “badalação” da cultura francesa e uma ênfase em sua produção intelectual, por exemplo, no campo das Ciências Humanas e, também, no campo da Filosofia. Parece que toda a Filosofia, de vez em quando, vem de Paris. É estranho isso. Será que, em Berlim, em Londres, não se faz Filosofia? Será que, em Nova Iorque, em Moscou, em Pequim, não se faz Filosofia? É claro que se faz, mas há um quê de colonialismo cultural que persiste e subsiste no quadro da cultura nacional. Não que essas contribuições não sejam frequentemente muito boas, em geral são de alto nível, desafios indiscutíveis, mas há ainda remanescentes, por assim dizer, colonialistas. Lembrando o que eu disse a um colega que é filósofo: — “Escute, por que você não sededica, alguma vez, à cultura brasileira? À filosofia brasileira, à cultura latino-americana, à filosofia latina?” Ele torceu o nariz e respondeu o seguinte: “Os grandes problemas da Filosofia estão na Europa, estão em Paris”. Disse isto um pouco irônico, mas convicto. Este diálogo nos dá uma medida do que é o colonialismo cultural que subsiste no ambiente intelectual brasileiro. Isto existe nas Ciências Sociais, nas Artes. Existem ondas, modas muito fortes, que são industrializadas, e penso que não se deve resistir a isso. A verdadeira vida universitária, o verdadeiro trabalho intelectual é aberto e aceita inclusive tais desafios, mas

trata-se de assumir e compreender que há outras contribuições.

Um exemplo daquilo que afirmamos é dado pelo trabalho no campo das Ciências Sociais nos Estados Unidos. Algumas das mais contundentes críticas à própria Sociologia norte-americana são feitas dentro dos Estados Unidos mesmo, e nós não tomamos conhecimento. Frequentemente, pensamos que a crítica está em Paris, mas não é verdade. Muito da crítica da Sociologia norte-americana está nos Estados Unidos, e eu imagino que isso seja verdadeiro para a Economia, para a Filosofia e assim por diante. Acho que há um problema sério relativo à formação do professor ou de um intelectual na vida universitária nacional: é preciso melhorar o diálogo internacional com a Universidade. Nas diferentes universidades, nas diferentes sociedades, inclusive nas socialistas, problemas fundamentais são postos, desafios são criados na Literatura, nas Artes, na Filosofia, nas Ciências Sociais e nas Ciências em geral, que deveriam ser melhor conhecidos e divulgados, para que o nosso intelectual se formasse no melhor nível e da forma mais aberta.

Creio que existe, no ambiente universitário — só para sistematizar —, basicamente, quatro tendências. Há uma tendência nitidamente *colonialista*, no sentido do trabalho de intelectuais que adotam certos padrões, certos centros e ficam nessa atitude de modo exagerado e pouco criativo. Há uma tendência *nacionalista*, que também é muito ruim. A não ser em certos movimentos da luta política, o nacionalismo e o patriotismo são secundários e discutíveis e com frequência prejudiciais bloqueando ou limitando a capacidade de pensar. O intelectual brasileiro e o povo brasileiro dependem de um diálogo aberto com as diferentes sociedades e suas contribuições. Além destas duas tendências, uma *colonialista* e uma *nacionalista*, há mais duas

outras. Há um *cosmopolitismo*, que consiste em trabalhar principalmente aquilo que é a última moda ou a última novidade. Esta se apresenta como cosmopolitismo, pinça aqui e acolá mas não busca questionar as contribuições, em face de alguns temas que podem ser importantes, com relação aos desafios de uma sociedade como a brasileira, como a latino-americana. Há uma ênfase naquilo que é externo, naquilo que é internacional, como se fosse um valor em si, como se o que vem em inglês, alemão, ou francês, fosse, por si só e por definição, fundamental. Uma quarta posição seria a *internacionalista*, uma posição que compreende, criticamente, a produção nacional e internacional, e, não tendo compromisso com o nacionalismo ou com o colonialismo, abre-se às várias correntes. Mas se abre criticamente e não adota a incorporação destas ou daquelas contribuições, porque são a última novidade. Incorpora, criticamente, e busca trabalhar segundo problemas fundamentais. Isto pode ser facilmente ilustrado no caso das Ciências Sociais. É evidente o contrabando que vem, com a indução quantitativa preconizada pela Sociologia americana. É um grande contrabando de temas e de uma maneira de lidar com a realidade social. Isso às vezes nos escapa, e pensamos que a indução quantitativa é um momento lógico da metodologia da pesquisa e, portanto, não há o que discutir. Mas, a maneira pela qual a indução quantitativa tem sido trabalhada, na Sociologia norte-americana, frequentemente induz a um certo tipo de compreensão da realidade e, às vezes, induz a certos temas. Isso sem esquecer que a indução quantitativa implica uma certa epistemologia. Nesse sentido é que se faz necessário desenvolver uma atitude internacionalista, uma reflexão crítica que não se ponha nunca como colonial, como “sim-senhor” em face do outro, mas que procure reagir, criticamente, diante das contribuições.

Se me perguntassem qual é a melhor maneira de formar um professor, por exemplo, nas Ciências Sociais, eu repetiria algo que é mais ou menos clássico, isto é, que é mediante o estudo das obras fundamentais, clássicas e modernas. No caso das Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia, Política, Economia (os economistas, às vezes, não gostam de ser classificados como cientistas sociais, mas eu vou tomar esta liberdade), História, Psicologia e Geografia; neste caso, na Universidade, estamos sendo vítimas de uma profusão, de uma avalanche de matéria de segunda classe — de manuais, introduções, intérpretes e comentaristas. Os nossos estudantes, às vezes, atravessam um curso de quatro ou cinco anos e entram na pós-graduação sem um contato direto com obras clássicas. Isso não é uma prática entre os filósofos e eu conheço um pouco os meus colegas que trabalham em Filosofia. Os filósofos trabalham mais diretamente as obras fundamentais. Isso é muito bom, é altamente produtivo do ponto de vista intelectual. Nas Ciências Sociais, freqüentemente, trabalha-se de modo excessivo o comentarista, o intérprete, a introdução, o manual, etc. Cria-se a ilusão de que a pessoa está aprendendo Sociologia ou Economia e, na verdade, está, apenas, se informando sobre, está adquirindo uma cultura geral sobre, mas não está se apropriando daquilo que é específico no pensamento deste ou daquele autor, ou de uma certa proposta teórica. Eu diria que, quanto à formação do professor, é fundamental regressarmos aos clássicos e modernos fundamentais e, de novo, sem preconceitos. Vocês sofrem, a minha geração sofreu numa certa escala, e eu noto que isto é mais ou menos freqüente nos países latino-americanos, uma excessiva politização na sala de aula. Posso dizer isso com certa tranqüilidade. Alunos e professores são induzidos a classificar os autores e as obras. Isso é péssimo, não tem cabimento. Uma

boa atitude intelectual consiste em se abrir às várias obras, às várias correntes, às várias propostas, mesmo porque em todas as obras clássicas e modernas fundamentais há contribuições notáveis, e é uma pena que alunos e professores sejam induzidos a menosprezar uma certa obra ou autor, porque lhe atribuem compromissos políticos, com os quais não se concorda. Essa é uma atitude que deve ser superada imediatamente.

O trabalho intelectual, nos diferentes campos, e eu repito, nas Artes, na Filosofia, nas Ciências Sociais, deve ser desenvolvido com o máximo de isenção. Por vezes, um autor que a gente pode ter muita dificuldade para aceitar, porque não corresponde à maneira pela qual pensamos a realidade, é um autor que cria desafios fecundíssimos para a nossa produção. Pode ser que ele tenha lidado com problemas que nenhum outro lidou. Por várias razões, é inegável que o trabalho de formação do professor tem que se desenvolver da forma mais aberta, e é importante recuperarmos um trabalho universitário dentro da sala de aula, nos laboratórios, nos seminários, nas pesquisas, isentos dessa excessiva politização. E sem inocência, porque também não vamos cair no exagero de acreditar que o pensamento filosófico ou científico sejam inocentes, ou que as diversas produções intelectuais possam sê-lo, no sentido de que elas não entram no jogo da vida e da política.

Aliás, vale questionar quem é o professor universitário? É um intelectual que vai desempenhar atividades de docência e ser professor em diferentes situações, em diferentes ambientes, em escolas públicas e privadas. Pode ser um cientista, um pesquisador ou um técnico. No caso das Ciências Sociais, abriu-se um mercado fantástico para Conselhos, Conselheiros, Consultores, Assessores, etc., devido à incorporação do trabalho intelectual em Ciências Sociais pelas grandes

organizações. Há, também, um mercado para políticos e ideólogos. A Universidade de São Paulo, por exemplo, tem sido pródiga na produção de políticos-ideólogos. Produziu alguns para a ditadura militar e produz alguns para a abertura democrática. Isso é um dado da situação, tem-se que pensar sobre isso. O Ministro da Justiça do AI-5 era da USP e foi ele que redigiu o AI-5. Ele, sôfrego, sabujo, se apressou em redigir o AI-5 para que os militares pudessem ensiná-lo. Professor universitário da USP. Quer dizer, é importante assumir isso: que, em se formando na Universidade e entrando na vida, "caindo na vida", como se diz na gíria, o professor é um intelectual que entra no jogo das forças sociais. Entra no jogo do poder e, é claro, enfrenta desafios que não devem ser menosprezados. São dados da realidade que precisam ser pensados. Eu diria que, a rigor, o professor é um intelectual que precisa assumir-se como um intelectual produtivo. Pode até mesmo ser produtivo, nos termos mais estritos da palavra, no sentido de ser induzido a engajar-se numa empresa ou numa organização, na qual vai ajudar a produção do capital, a produção do lucro. Não nos iludamos, pois, muitos de nós, professores em escolas privadas, somos trabalhadores produtivos, no sentido capitalista do termo. Somos trabalhadores que produzimos lucro, para usar uma palavra mais geral, mais conhecida, ou então "mais-valia", se quiserem. Um professor que trabalha numa escola privada é um trabalhador produtivo, e isso não é um acidente, não é uma coisa secundária, é uma determinação essencial no seu trabalho. Deixando de lado o problema de que ele produz lucro ou "mais-valia", o produzir algo excedente, que entra no circuito do capital nessa área, é algo que interfere decisivamente na maneira pela qual ele trabalha como intelectual. A infelicidade, a inquietação, a angústia que alguns professores sentem, em

certas escolas privadas, têm a ver com essa determinação, pois o professor enquanto intelectual é, frequentemente, intelectual orgânico.

Há quem pense que intelectual orgânico é só aquele que está no partido, só aquele que está no sindicato ou o que está no Congresso. Não só esse é intelectual orgânico, mas a maioria, senão todos, somos intelectuais orgânicos, na medida em que o trabalho que se realiza, as idéias, os valores, as ideais em questão, entram na máquina da sociedade, no jogo das classes sociais, na produção do discurso dessa ou daquela classe e, mais freqüentemente, na produção do discurso do poder. Nesse sentido, em grande parte, os intelectuais que estão nas atividades de docência e de pesquisa e, mesmo em atividades técnicas, estão, por assim dizer, determinados pela condição de intelectuais orgânicos, no sentido de que entram na produção cultural ou na reprodução cultural de valores, ideais, padrões, conceitos, metáforas, imagens, propostas, projetos, planos, visões do mundo, que entram na máquina da sociedade e fazem parte do jogo das forças sociais em luta, no âmbito da sociedade, com relação à reforma agrária, habitacional, universitária, à ditadura, democracia, ao capitalismo e socialismo.